

Portugal

República Portuguesa

Chefe de Estado: **Marcelo Rebelo de Sousa (substituiu Aníbal António Cavaco Silva em março)**

Chefe de Governo: **António Costa**

As medidas de austeridade restringiram os direitos das pessoas portadoras de deficiências. Houve relatos de maus-tratos nas prisões e as condições prisionais continuaram a ser inadequadas. Persiste a discriminação das comunidades ciganas.

DISCRIMINAÇÃO

Portugal continuou a não garantir que os crimes de ódio fossem proibidos por lei, e não tinha criado um sistema nacional de recolha de dados sobre os crimes de ódio.

Pessoas portadoras de deficiências

Em abril, o Comité das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pediu a Portugal que revisse as medidas de austeridade que reduziram os serviços disponibilizados às pessoas portadoras de deficiência e que conduziram muitas delas à pobreza ou à pobreza extrema. O Comité expressou preocupação sobre os cortes dos recursos inclusive para a educação das crianças portadoras de deficiências e dos apoios para as suas famílias. Estas medidas tiveram um impacto particularmente negativo sobre as mulheres domésticas que na maioria dos casos cuidam de crianças portadoras de deficiência.

Comunidades Ciganas

Em junho, a Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância relatou que Portugal não tinha desenvolvido na totalidade as medidas que tinham sido recomendadas em 2013 para dirimir o racismo e a discriminação contra as comunidades ciganas, em especial no que diz respeito à recolha de dados e à simplificação dos procedimentos para relatar casos de discriminação junto do Alto Comissariado para as Migrações.

DIREITO À SAÚDE

Em junho, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde relatou que persistem as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, em particular das pessoas mais marginalizadas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Ocorreram denúncias de uso desnecessário ou excessivo da força pelos agentes encarregues de aplicar a lei.

Em outubro, de acordo com um relatório de uma organização não governamental portuguesa, 13 presos foram espancados por guardas prisionais durante a inspeção das respetivas celas na Prisão da Carregueira, em Lisboa. Pelo menos três deles precisaram de receber tratamento hospitalar na sequência do sucedido.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As condições prisionais permaneceram inadequadas; em algumas prisões eram degradantes. Havia falta de higiene, má qualidade da comida, falta de cuidados médicos e de acesso a medicamentos.

DIREITOS DAS PESSOAS LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em fevereiro, o Parlamento votou para reverter o veto presidencial da lei que garante o direito de adoção a casais do mesmo sexo. A lei tinha sido aprovada inicialmente em novembro de 2015. A nova lei entra em vigor em março.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Os 39 refugiados previamente selecionados para reinstalação em Portugal entre 2014 e 2016 tinham chegado ao país até ao final de 2015. O Governo comprometeu-se a reinstalar mais de 260 refugiados até 2016/2017.

No final do ano, apenas 781 dos 1742 requerentes de asilo que Portugal se comprometeu receber através do Mecanismo de Recolocação da UE tinham sido transferidos para Portugal oriundos da Grécia e de Itália.

Em outubro, a Câmara Municipal da Amadora desalojou à força pelo menos quatro famílias de migrantes sem consulta prévia e sem providenciar o necessário alojamento alternativo.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em fevereiro, o Parlamento aprovou as alterações legislativas sobre o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. A nova lei retira a obrigatoriedade de aconselhamento psicológico e social como condição para as mulheres terem acesso ao aborto.

Em maio, nova legislação foi adotada dando às mulheres acesso a procriação medicamente assistida (PMA) – incluindo a fertilização *in vitro* e outros métodos – independentemente do seu estado civil ou orientação sexual. Isto põe fim à restrição anterior que limitava o acesso à PMA às mulheres casadas ou mulheres numa união de facto com um homem.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E RAPARIGAS

Em novembro, o Governo anunciou planos para isentar vítimas de assédio sexual, violação, mutilação genital feminina, escravatura e de tráfico de seres humanos do pagamento de custas judiciais.

E de acordo com os dados anunciados pela ONG UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), até novembro tinham-se registado 22 homicídios de mulheres e 23 tentativas de homicídio.